

JOSÉ REIS *

MODOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO, FORÇA DE TRABALHO
E PEQUENA AGRICULTURA

PARA UMA ANÁLISE DA ARTICULAÇÃO
ENTRE A ACUMULAÇÃO E A REPRODUÇÃO **

1. A ECONOMIA PORTUGUESA — UM RETRATO RECENTE

1.1. Com este trabalho procuro reflectir sobre um conjunto de processos e de fenómenos económicos e sociais que, durante os últimos anos, vêm matizando com tons diferentes algumas características da sociedade portuguesa.

Começarei por apresentar um pequeno apanhado de dados, a analisar com maior detalhe adiante, cuja natureza mais impressiva pode ajudar a esboçar um retrato, ainda que a traço grosso, do ângulo da realidade nacional que tentarei focar.

Por detrás dos dados está a ideia, que farei por justificar, de que, na década passada, se verificou na economia portuguesa uma mutação das dinâmicas regionais, que permite falar de diferenciação e segmentação dos processos e dos agentes económicos quer face à crise, quer face às perspectivas de desenvolvimento que se entrecruzam.

Procurarei principalmente encarar esta evolução diferenciada com o resultado, em boa medida, de combinações locais e regionais específicas entre a maneira como se organizam os sistemas de *produção* e a *acumulação* e os modos particulares

* Assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

(**) Este texto integra-se em objectivos de investigação sobre a formação social portuguesa que têm vindo a ser desenvolvidos no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, beneficiando de muitas das reflexões aí havidas.

como se estrutura a economia das famílias e a *reprodução* das condições de vida e, designadamente, a reprodução da força de trabalho.

Suponho que na economia portuguesa há um elemento estrutural decisivo que, pela sua *permanência* e pela multiplicidade dos seus *vínculos* com o tecido económico, ressalta como importante objecto de análise. Trata-se da *pequena agricultura*. As economias agrícolas familiares são, no conjunto da economia e em zonas marcantes do processo de industrialização nacional, caracteristicamente de natureza *complementar* ⁽¹⁾. Estão, portanto, muito intimamente relacionadas ⁽²⁾ com as condições de fornecimento e reprodução da *força de trabalho* da esfera não agrícola — uma variável cujo peso nas decisões económicas se tem vindo a *revalorizar*. É por isso, aliás, que procurarei concretizar o horizonte teórico que adoptei através de duas vertentes, a dos processos e factores de *localização industrial* e a dos *mercados de trabalho* e dos *sistemas de emprego*. A referência à noção globalizante de *relação salarial* decorre do mesmo pressuposto.

1.2. O primeiro pormenor pode-nos ser dado pelas dinâmicas regionais ⁽³⁾ do *investimento*. Consideraremos dois sub-

(1) O reconhecimento da natureza complementar da maioria das explorações agrícolas parece-me justificado por vários indicadores, quer de natureza quantitativa quer qualitativa. Mas reconhecer este aspecto não deve implicar a omissão de processos mercantis que vêm incidindo com maior intensidade sobre a pequena agricultura. No centro litoral, região a que dedicarei mais atenção, a produção leiteira e a sua intensificação ou a produção de arroz no Baixo Mondego são dois exemplos que ilustram o desenvolvimento dos vínculos mercantis. Complementaridade não se opõe a mercantilização — refere, principalmente, a tendência dominante de inserção económica.

(2) A natureza deste relacionamento é necessariamente complexa. À falta de maior detalhe direi que me procuro afastar de perspectivas unilineares de análise — quer das que deduzam a posição da agricultura a partir da estrita lógica do sistema, quer das que a definam pelas características internas do universo rural ou familiar, independentemente das suas articulações. O que está principalmente em causa é o balanço de influências entre a lógica de reprodução das famílias e as determinantes macro-económicas e macro-sociais, ainda que ordenadas por relações sociais dominantes. Em Reis e Hespanha (1984), tenta-se uma análise das articulações entre as estratégias individuais e as dinâmicas globais para o caso de uma região interior.

(3) Utilizarei a seguinte desagregação regional: *Norte litoral*, distritos de Braga, Porto e Viana do Castelo; *Norte interior*, Bragança e Vila Real; *Centro litoral*, Aveiro, Coimbra e Leiria; *Centro interior*, Castelo Branco, Guarda e Viseu; *Lisboa interior*, Santarém; *Lisboa litoral*, Lisboa e Setúbal; *Sul*, Portalegre, Évora, Beja e Faro.

-períodos, 1971-77 e 1977-80, onde se desenham e acentuam tendências diferenciadas.

QUADRO I

Taxa de crescimento médio anual e contribuição das regiões para o investimento (FBCF) nacional

Regiões	1971-77		1977-80	
	1)	2)	1)	2)
Norte	7.3	24.8	6.4	33.9
Centro	8.9	22.6	9.8	41.9
Lisboa	6.6	47.1	-0.2	-2.0
Sul	5.6	5.5	16.6	26.2
Continente	7.1	100	4.7	100

- 1) Taxa de crescimento médio anual por regiões.
2) Contribuição relativa das regiões para o crescimento do FBCF nacional.

Fonte: Figueiredo (1985).

Este comportamento leva a que, na estrutura da repartição regional do investimento, a posição de Lisboa deixe de ser maioritária — em 1971 localizavam-se aí 51,5% do investimento total nacional mas em 1980 esse valor baixa para 43,3%. O Norte e o Centro passam, no mesmo período, de 41,3% para 47,6%. O Centro é a região que mais aumenta a sua quota-parte, «ganhando» 4,8%. É ainda interessante notar que no sub-período 1971-77 é o investimento na *habitação* que principalmente influencia as dinâmicas destas duas regiões, enquanto em 1977-80 é aqui que se vai centrar a retoma do investimento na indústria.

1.3. Outra imagem, complementar desta, é a da evolução do *emprego industrial* e não agrícola da população residente.

Para isso proponho que fixemos a nossa atenção nos três distritos do *Centro Litoral*, que já identificamos como a região mais «activa» quanto ao investimento.

O crescimento percentual, entre 1970 e 1981, da população com emprego industrial é de 46,3% em *Aveiro*, 42,3% em *Coimbra* e 48% em *Leiria*, para um acréscimo total nacional de 40,0%. Esta evolução está associada a um decréscimo da agricultura como profissão principal e a uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho. As estatísticas parecem, por

outro lado, «reconhecer» melhor o trabalho feminino na agricultura.

QUADRO II

Composição da população activa
Variação 1970-81 (%)

Ramos		Aveiro	Coimbra	Leiria	Contin.
Agricultura, Pecuária e Silvic.	HM	- 0.8	- 26.9	- 16.2	- 25.8
	H	- 43.7	- 57.0	- 40.1	- 43.2
Indústria transf.	HM	+46.3	+42.3	+48.0	+40.0
	H	+40.3	+33.6	+45.4	+37.5
Actividades não agrícolas (total)	HM	+44.5	+49.5	+48.5	+43.1
	H	+37.3	+36.9	+39.5	+35.0
Total	HM	+33.4	+19.6	+22.8	+22.5
	H	+17.1	+ 1.9	+ 4.0	+ 9.2

Fonte: Recenseamento da População, INE, 1970 e 1981.

1.4. Curiosamente, e este é o terceiro pormenor a sublinhar, a esta dinâmica relativamente significativa do emprego industrial e da deslocação da mão-de-obra não vai corresponder, como foi característico de outros países e de outros períodos, uma radical desestruturação das *economias agrícolas familiares*. Os indicadores da esfera agrícola mostram-nos duas coisas — uma aparência de estabilidade, primeiro, e, numa análise mais fina, sintomas claros de processos novos, apresentando a actividade agrícola como um factor estruturante das economias familiares e definindo maioritariamente uma situação de *pluriactividade*. Isto é, a *pequena agricultura*, agora de natureza *complementar*, mantém-se como um quadro de referência e de suporte para as famílias que fornecem uma boa parte da mão-de-obra industrial e não agrícola cujo aumento assinalamos.

É este um elemento estrutural caracterizador das condições locais de reprodução social e de reprodução da força de trabalho (mesmo a não-agrícola). É, aliás, nesta região que se manifesta com particular evidência o que chamarei o principal *modo de inserção económica da agricultura portuguesa* (Reis, 1983 c e 1984) — o «que representa a articulação entre a agricultura e as economias não agrícolas, em geral, e as economias industriais, em particular, através da contínua garantia, pela agricultura, das condições de reprodução de fracções significativas da força de trabalho não-agrícola».

O que acabo de dizer pode vislumbrar-se através dos seguintes elementos. Em primeiro lugar é manifesto que o número de explorações agrícolas não diminui. E esta é, até, uma afirmação prudente, na base das grandezas «mais comparáveis», da informação estatística de 1968 e 1979. A área ocupada pelas pequenas explorações aumentou (Cordovil, 1984), com particular relevo nestes distritos. Em segundo lugar, é interessante verificar que, de acordo com o Recenseamento da População de 1981, as famílias cujo «responsável» é um indivíduo com profissão agrícola apenas representam 12% em Aveiro, 15% em Coimbra e 20% em Leiria. Mas, segundo o Recenseamento Agrícola de 1979 (4), existem em cada um destes distritos mais de 60 000 produtores individuais, se considerarmos só as explorações com mais de 0,5 ha ou condições de produção equiparáveis. Este número é acrescido de mais cerca de duas dezenas de milhares se lhe acrescentarmos as *micro* explorações (entre 200 m² e 0,5 ha), objecto de um inquérito simplificado. O peso das famílias com «referência» agrícola no número total de famílias é, pois, muito significativo.

QUADRO III

Explorações agrícolas e famílias

	Aveiro	Leiria	Coimbra	Continente
1. Explorações com mais de 0.05 ha (1968)	68 984	70 408	60 537	808 804
2. Explorações com mais de 0.5 ha ou equiparáveis (1979)	65 387	69 353	65 123	778 782
3. Explorações com área entre 0.02 e 0.5 ha (1979)	23 337	15 998	10 484	167 202
4. Total de explorações (1979)	88 724	85 351	75 607	945 984
5. Famílias cujo responsável tem só profissão agrícola (1981)	19 817	20 201	25 653	366 495
6. Total de famílias (1981)	164 159	138 673	130 277	2 803 028
7. Peso das famílias com componente agrícola				
a) (2/6)x100	40%	50%	50%	28%
b) (4/6)x100	54%	62%	58%	34%

Fonte: Inquérito às Explorações Agrícolas, INE, 1968; Recenseamento Agrícola do Continente, INE, 1979; Recenseamento da População, INE, 1981.

(4) Esta disparidade de valores não é necessariamente fruto de inconsistência estatística. Neste caso eles serão a expressão da pluralidade de situações que se podem encontrar nas famílias.

Que a economia destas explorações é fortemente marcada pelo *plurirendimento* ⁽⁵⁾ e pela *pluriactividade* é-nos evidenciado pelo quadro seguinte:

QUADRO IV

Plurirendimento e pluriactividade nas explorações agrícolas

<i>Origem do rendimento das famílias</i>	Aveiro %	Coimbra %	Leiria %	Continente %
Exclusivamente da exploração	11 329 17	9 134 13	10 546 16	139 674 18
>50% da exploração	13 104 20	12 797 18	12 295 19	167 586 22
<50% da exploração	40 954 63	47 422 68	42 282 65	471 522 61
<i>Actividades do produtor individual</i>				
Sem actividade exterior à exploração	31 190 48	32 972 48	29 979 46	403 478 52
Com actividade exterior à exploração	34 197 52	36 381 52	35 144 54	375 304 48
<i>Actividade de todos os membros da família</i>				
Sem actividade exterior à exploração	147 652 65	138 013 68	128 483 66	168 1703 69
Com actividade exterior à exploração	77 796 35	64 421 32	66 625 34	76 4686 31

Fonte: Recenseamento Agrícola do Continente, INE, 1979.

Estes valores referem-se apenas à exploração com mais de 0,5 ha, se lhes acrescentarmos as *micro* explorações já referidas temos uma pequena multidão de explorações agrícolas que nos deixa entender a forte interferência nos *mercados de trabalho* desta mão-de-obra com origem, permanência e, sobretudo, referência ao universo rural.

1.5. O enquadramento do retrato que acabei de propôr parece-me ser representado pela seguinte ideia que, aliás, toma-

⁽⁵⁾ Não deixo de ter em mente a clássica tendência para a sub-avaliação dos rendimentos provenientes da exploração agrícola, nomeadamente quando eles se expressam no autoconsumo. Os valores indicados no quadro podem, por isso, ser demasiado expressivos.

rei como horizonte teórico de referência ao longo deste trabalho — existem fortes relações entre a organização e a dinâmica da produção e da reprodução alargada de uma economia e os modos de reprodução da subsistência e da força de trabalho.

Apesar de esta afirmação relevar de uma atitude distanciada da posição tradicional da teoria económica que, em geral, tem postulado a autonomia do processo de acumulação, ignorando a área da reprodução e ignorando, principalmente, os vínculos entre os dois processos, creio poder afirmar-se que há uma validação geral para tal ideia.

Os regimes de acumulação intensiva e de expansão e centralização económica, típicos dos anos 60, por exemplo, articularam-se com modos de reprodução essencialmente assentes numa profunda mercantilização das relações económicas e em modos de consumo onde ressalta o uso bens mecânicos duradouros. Neste caso era manifesto um princípio de identidade entre o desenvolvimento das relações de produção tipicamente capitalistas e os modos de reprodução que «directamente» lhes correspondiam, e que adiante caracterizaremos.

Mas já as situações que consideramos, marcadas pela descentralização da produção e pela articulação com sistemas locais particulares, consagram e apoiam-se em mecanismos próprios onde o que está principalmente em questão é a articulação entre uma esfera *produtiva* também matizada por elementos não especificamente capitalistas (pequena agricultura, pequenas unidades artesanais, sistema de pequenas empresas, trabalho ao domicílio) e processos de reprodução organizados num quadro familiar distinto do da família inteiramente proletarizada.

Proponho-me pois procurar elucidar os mecanismos principais daquelas relações. Deverei fazer notar, contudo, que o âmbito da minha análise considera essencialmente o campo *formal* da produção industrial e, na reprodução, dá mais atenção às economias das famílias organizadas em torno da agricultura complementar. Para além de supôr que as funções da pequena agricultura são um elemento estrutural no funcionamento da economia portuguesa julgo ainda que existe umnexo entre o desenvolvimento das formas complementares de agricultura e a organização da própria estrutura industrial. «A característica principal desta relação consiste em as economias industriais de uma formação social como a portuguesa se revelarem extremamente dependentes das disponibilidades de uma mão-de-obra que se mantenha num quadro de reprodução rural assegurado, nomeadamente, pelo exercício da actividade agrícola a título complementar» (Reis, 1983 c). Deixo, por isso, de lado fenómenos que suponho relacionados com a mesma ten-

dência, como os da produção não agrícola informal, da economia subterrânea ou da sub-contratação ⁽⁶⁾. A relevância crescente da *informalização* interessa-me, por agora, no âmbito da reprodução e para famílias em que alguns dos seus membros vendem a força de trabalho na esfera formal da economia. Não me deterei também nas questões da terciarização da economia.

É este conjunto de questões que me leva a dar mais atenção a aspectos como o do reordenamento espacial da economia, resultante da dinâmica diferenciada das formações regionais; da relevância assumida pelos processos locais de funcionamento económico e pelo factor trabalho nas estratégias de localização empresarial; da estratificação e da relação salarial.

2. AS RELAÇÕES ACUMULAÇÃO / REPRODUÇÃO

2.1. *Acumulação produtiva de capital, modos de industrialização e modos de reprodução*

A primeira questão que procuro encarar, tomando o caso português como referência, é o dos impasses recentes surgidos ao nível particular da acumulação produtiva de capital. Como tem sido bem salientado por Augusto Mateus (1983: 156) é evidente em Portugal «a profunda desarticulação dos mecanismos concretos em que assentava [até ao processo das nacionalizações] a acumulação privada de capital». A inviabilização política do papel central que deveria caber ao sector público levou, por outro lado, a que não se originassem novos mecanismos reguladores capazes de substituir certos centros fundamentais de acumulação representados, até então, pelos grupos financeiros.

É notório, também, que no caso português não se tinha aprofundado o regime de acumulação intensiva típico dos países centrais (articulação entre produção e consumo de massas), em que se apela para uma forma de reprodução da força de trabalho assente numa (quase) completa mercantilização dos consumos e das disponibilidades de trabalho das famílias. O processo de industrialização é, «à partida», marcado por esta *diferença* particular e ainda por uma forma de inserção internacional baseada na desvalorização da força de trabalho e numa especialização débil. Estas circunstâncias vêm juntar-se, do

⁽⁶⁾ Sobre a sub-contratação e a natureza das suas influências relativamente ao sistema das pequenas empresas cf. o trabalho de Maria Manuel Leitão Marques (1983).

meio da década de 70 para cá, à inexistência de centros organizadores da acumulação e da estruturação do sistema produtivo. E é ainda o quadro de desenvolvimento da economia mundial que caracterizou o pós-guerra e que culminou na fase de crescimento dos anos 60 que se altera. A crise é principalmente sintetizada pelas alterações verificadas na *relação salarial*, ou seja, nas condições de mobilização e utilização da força de trabalho, processo que, em Portugal, vem na continuidade da tendência antiga de assegurar a competitividade pela desvalorização da força de trabalho nacional.

É pois neste quadro de alterações e de desregulação que surge revalorizada a importância de formas de organização familiar de reprodução da força de trabalho assalariada assentes na mobilização não mercantil de trabalho «informal» não pago, orientada por objectivos de garantia de satisfação de necessidades não dependentes, *em exclusivo*, das condições do mercado de trabalho e do dispêndio de meios monetários.

Os *modos de reprodução*, definidos por diferentes combinações de actividades e de rendimentos, ou a estrutura de satisfação da subsistência, resultante de «diferentes configurações do consumo monetário em relação com as necessidades que são satisfeitas por actividades domésticas não pagas ou por trabalho destinado ao consumo doméstico imediato» (Mingione, 1983: 313-4) organizam-se numa base que é fortemente local. É aliás a partir da hipótese de diferentes quotas de trabalho para autoconsumo que Mingione (*Idem*: 315-9) nos propõe três modelos de reprodução da família contemporânea. O *modelo A*, correspondente a uma «combinação 'normal' do trabalho doméstico e das exigências de reprodução satisfeitas por rendimentos monetários» — o emprego fora é dominante mas o trabalho doméstico absorve por inteiro o trabalho feminino. O *modelo B* supõe a redução máxima do trabalho doméstico — a mulher integrou-se no mercado de trabalho e as actividades domésticas de reprodução dependem fortemente de serviços adquiridos, da utilização de aparelhos domésticos «labour-saving» e a parte da assistência e prestações sociais tem uma grande expressão. Ao *modelo C* corresponde o domínio do trabalho para autoconsumo, fracos rendimentos monetários e poucas hipóteses de trabalho exterior. Este modelo representa uma «situação capitalista em que o desemprego crescente ou o sub-emprego reduz consideravelmente os rendimentos monetários da família e acentua o trabalho para autoconsumo». É um *modelo de crise*, tal como o modelo B coincide com os regimes de acumulação intensiva do capital.

O distanciamento que é necessário ter face à tentação de aplicar, sem mais, uma tipologia como esta ao caso português é ainda reforçado pelo facto de as situações que procuramos encarar se revelarem menos de circunstância que o modelo C (mera resposta à crise) e porque o modelo B é menos influente do que noutras economias.

A especificidade da sociedade portuguesa, aliás, reclama uma abordagem que disponha de suportes teóricos de raiz paradigmática. Boaventura de Sousa Santos (1985 *a* e *b*) tem vindo a avançar elementos de análise que se encaminham nesse sentido. Como ponto de partida procura pensar a posição de Portugal no *sistema mundial*, dando consistência teórica ao conceito de semi-periferia e definindo-o para o contexto europeu em que o nosso país se insere. A partir daí defende a *tese* de que estas sociedades se caracterizam por «uma descoincidência articulada entre as relações de produção *capitalistas* e as relações de reprodução *social*. Esta descoincidência consiste no atraso das relações de produção *capitalistas*, ou seja, das relações entre o capital e o trabalho na esfera da produção, em confronto com as relações de reprodução *social*, ou seja, as relações sociais que presidem aos modelos e às práticas de consumo» (Santos, 1985 *b*, sublinhados meus).

Esta ideia é-nos apresentada considerando a *resultante* das características da formação social e a sua posição na divisão internacional de trabalho. É uma abordagem cheia de virtualidades para a análise da sociedade portuguesa e, exactamente por isso, desafia-nos para que seja aprofundada e prolongada.

Proponho dois prolongamentos para a tese apresentada: em primeiro lugar é útil deduzi-la ao *nível interno da formação social*, isto é, vendo como ela se concretiza quando introduzirmos a questão da heterogeneidade *regional* do nosso país; em segundo lugar, importa ver como se dá a articulação (a coincidência ou a descoincidência) entre a reprodução social e uma esfera da produção que não inclua só as relações de produção *capitalistas* mas que abranja também o que eu chamaria a *matriz das formas de produção* (*capitalistas* e não especificamente *capitalistas*) que estrutura o conjunto do sistema produtivo.

Naturalmente que isto nos leva aos diferentes modos de reprodução e de industrialização e à sua expressão regional.

Simplificadamente apontaria três regiões que permitem especificar, a este nível, a tese da descoincidência. A região de *Lisboa*, representará o caso em que a matriz de formas de produção mais tende a coincidir com as relações de produção *capitalistas* e, porque o modo de reprodução dominante é o que mais

directamente lhes corresponde e é representado pelas famílias assalariadas, o seu esgotamento conduz a que aí se localize a crise.

A descoincidência de que Boaventura de Sousa Santos fala para a formação social portuguesa no seu conjunto recolhe-se das situações dominantes nas outras regiões.

O *interior norte e centro* mostra-nos uma descoincidência que, uma vez que as economias familiares se extoverteram principalmente pela emigração, é quantitativa (a produção local é acentuadamente menor que o consumo local) e qualitativa (a natureza dos modos de reprodução independe da esfera da produção).

O *litoral norte e centro* evidencia-nos uma estruturação local que apela para uma matriz de formas de produção onde se realça o sistema das pequenas empresas, das formas artesanais e da pequena agricultura e onde o modo de reprodução assenta em rendimentos factoriais que também se combinam com outros suportes da reprodução. Situa-se aqui claramente a *descoincidência* entre as relações de produção capitalistas e a reprodução social, como também se pode identificar a *coincidência* entre esta matriz alargada de formas de produção e um modo de reprodução que com ela se articula fortemente.

Em qualquer caso, contudo, é manifesto na estrutura de classes o papel das classes de suporte e, no conjunto do tecido social, a função dos mecanismos informais compensatórios e pulverizadores dos conflitos entre o capital e o trabalho (Santos, 1985 b).

Mas, quer as novas situações que o modelo C procura reflectir, quer a natureza mais complexa e estrutural do papel do trabalho informal orientado para o autoconsumo e a reprodução, fazem-nos lembrar uma questão mais ampla — o que parece estar em causa é a aparente tendência para a universalidade dos padrões de consumo, actividade e reprodução das famílias restritas urbanas que estiveram associados aos processos de crescimento industrial das décadas anteriores. É neste quadro que Mingione coloca a hipótese de um processo de *desmercantilização*, para realçar a importância que as actividades informais e de auto-consumo têm para os modos de industrialização que se vão prefigurando.

Mas de que modos de industrialização se trata? São, porventura, modos de industrialização ainda não totalmente definidos e onde se conjugam quer processos «tradicionais» caracterizados pela sua dependência face aos custos salariais (como acontece em muito da economia nacional e nos distritos em que nos deteremos — casos dos têxteis e vestuário, da madeira e da

cortiça, etc.), quer ramos já mais especializados mas ainda bloqueados por anteriores estádios de promoção comercial e organização produtiva (de novo os têxteis e vestuário, ou o vidro e certas cerâmicas) quer, ainda, ramos «modernos».

De comum têm o facto de se basearem num sistema de pequenas empresas, de apresentarem níveis salariais em geral relativamente baixos, de dependerem da natureza flexível do mercado de trabalho e de participarem da constituição de um sistema local de emprego que se caracteriza por não estar confinado aos limites e aos modos de recrutamento e afectação da mão-de-obra das zonas marcadas pela concentração urbana e industrial e pela polarização das classes sociais.

Estes aspectos vão-se revelando à mesma medida em que é notório, no plano macroeconómico, a contenção dos rendimentos salariais e em que sobressai um novo ordenamento espacial da economia, como vimos para o caso português, conducente a processos de segmentação dos comportamentos económicos.

São novas situações de produção, de consumo e de emprego que se devem relacionar com os impasses e bloqueamentos surgidos no regime de acumulação e na relação salarial mas que são também indissociáveis das situações locais, onde se redefine a divisão interna do trabalho familiar sem deixar de se manter uma *estratégia familiar comum* e onde a subsistência de padrões culturais próprios levam a formas de legitimação social específicas, contrastantes com aquelas em que o quadro social das famílias urbanas tendeu a limitar-se (7) às relações sociais típicas do capitalismo.

Mais geralmente, encontramos relações que «são portadoras de mapas cognitivos, universos simbólicos, e *habitus* de classe muito distintos dos que ideal-tipicamente são atribuíveis ao operariado ou às relações entre eles e a burguesia». É daqui, aliás, que resulta que as relações entre o capital e o trabalho sejam «atravessadas por anéis de relações oriundas de práticas e ideologias sociais portadoras de lógicas de acção não capitalistas, o que contribui para a fragmentação ou atomização interna do operariado e, em certa medida, da própria burguesia» (Santos, 1985 b).

Acontece, pois, que no funcionamento do sistema social encontramos mecanismos e estruturas sociais que se, por um lado, servem de suporte e «ajudam a reproduzir as motivações económicas básicas do sistema, permitem retardar as crises e

(7) A. Costa (1984), mostra, contudo, que num tecido social urbano como Alfama não se eliminam inteiramente certas formas particulares de relação com o campo.

forneçam a força de trabalho de que as unidades de trabalho intensivo necessitam» (Bagnasco, 1981: 42).

É aqui, neste conjunto de situações, que confirmo a perspectiva com que encaro as articulações entre a acumulação e a reprodução. Com as questões de localização industrial dos mercados de trabalho e das estruturas de emprego, que trato a seguir, procuro analisar duas das vertentes mais significativas através das quais aquela articulação se concretiza.

2.2. *Organização espacial da economia, localização industrial, mercados de trabalho e sistemas locais de emprego*

2.2.1. São hoje bem visíveis em muitas economias, e também na portuguesa, os sinais de segmentação espacial no que diz respeito quer ao funcionamento e comportamento económicos, quer à localização das actividades e à estrutura das unidades de produção, quer ainda à forma como as famílias obtêm os seus recursos.

Trata-se, afinal, da clarificação de perfis regionais diferenciados, influenciados não tanto por uma lógica homogeneizadora mas antes pela emergência mais notória de processos desiguais, o que leva alguns autores a falar de «formações económicas e sociais regionais».

Quer isto dizer que o *espaço* e as formas da sua organização requerem cada vez mais a atenção dos economistas e que, por outro lado, como nos indicam Dunford e Perrons (1983), também existem vínculos estritos entre os regimes de acumulação e o ordenamento espacial.

Pode-se dizer hoje que a análise económica já deixou à distância de várias décadas a simplificação de supor que a economia se pudesse «limitar a um ponto» — embora tarde, a variável espaço tem vindo crescentemente «a merecer atenções de desagregação» (Lopes, 1980), e as manifestações diferenciadas da crise económica vão dramatizando a necessidade de continuar este caminho.

A análise espacial desafia os economistas porque o espaço (e a sua influência nas decisões económicas) é, antes de tudo, uma *variável complexa*. Como salienta Simões Lopes (*Idem*: 23) «o espaço tem uma definição geográfica, tem uma definição histórica, tem uma definição social». Os contributos da economia para a análise da diferenciação espacial, não-de ser, por isso, contributos para uma teoria social mais geral da qual irão, aliás, retirando alguns pressupostos.

Um contributo específico da economia para as questões da análise espacial são os estudos de localização. Se, «na análise económica a variável espaço surge fundamentalmente traduzida em diferenças de preços, gradualmente dependentes dos custos de transporte, quer se considere a produção quer se considere o consumo», certo é também que, aceite a impossibilidade de deixar de ter em conta estas variáveis, se reconheça que «outros factores se impõem com grande importância» (Lopes, 1980: 52).

No contexto da discussão que tenho vindo a propor parece-me de sugerir que o *trabalho*, ou as condições da sua reprodução e utilização, é um desses factores que se têm vindo a impor.

À teoria da localização importará, por isso, cruzá-la com a dos modos de reprodução para se dar conta do quadro em que o «factor trabalho» emerge como «uma força na distribuição e no movimento da indústria no capitalismo contemporâneo» (Storper e Walker, 1983: 1).

Se, no caso de uma economia como a portuguesa se deve fugir à tentação de pensar que se tornaram irrelevantes os factores não-laborais de localização (infraestruturas de transporte e comunicação, natureza dos mercados, tecnologias e matérias-primas, relações inter-empresas) a verdade é que a própria natureza particular da nossa economia — como seja a sua qualificação de semi-periférica — é em larga medida determinada pelas características da força de trabalho, pelo modo como é incorporada na produção e pelo papel que daí deriva na regulação económica.

Um exemplo concreto parece confirmar-nos esta perspectiva — um estudo sobre localização industrial feito no âmbito da Comissão de Coordenação da Região Centro (1984) e integrado nos projectos de análise do impacto de uma infraestrutura viária, a auto-estrada Porto-Lisboa, mostrou que o principal factor indicado pelos empresários era a disponibilidade de mão-de-obra.

Ora o trabalho aparece como factor decisivo de localização exactamente porque ele é *espacialmente diferenciado*.

O trabalho não é, além disso, redutível a estritos termos mercantis e sintetizável num preço — quer pela sua diferença fundamental relativamente a qualquer outro *input* (ele é representado por pessoas, sujeitos conscientes da produção), quer porque o seu custo (de reprodução) não se forma exclusivamente na esfera mercantil da economia.

O facto de a «oferta de trabalho ser diferenciada geograficamente porque os trabalhadores organizam a sua reprodução em comunidades específicas, formadas sob condições de certa

estabilidade e de interacção social localizada» (Storper e Walker, 1983: 31) leva a que os mercados de trabalho sejam, em muito, *mercados locais*.

Como temos vindo a ver, a ideia que procuro defender é que, no caso português em geral e no Centro litoral com maior relevo, a esfera do trabalho doméstico não se confina apenas às tarefas convencionais, geralmente assentes no trabalho feminino, mas engloba ainda a actividade produtiva, principalmente através da pequena agricultura complementar. Ficam assim ainda mais diferenciados e complexos os mecanismos que determinam o valor da força de trabalho, do mesmo modo que os *mercados de trabalho* hão-de reflectir, através de processos particulares, os efeitos desta articulação entre sectores económicos de natureza diferente.

As decisões de localização têm, evidentemente, a ver com estas questões. É hoje, aliás, bastante corrente falar-se da procura, pelas empresas industriais, da zona de *flexibilidade* do mercado de trabalho ou de mão-de-obra dócil.

Assim, a necessidade de confluência, que há pouco apontei, entre a teoria da localização e os modos de reprodução localmente dominantes manifesta-se também na proposta de cruzamento entre a teoria da localização e as questões que relevam dos novos contornos de diferenciação dos mercados de trabalho. Isto porque parece inquestionável que aquelas devem tomar em conta os processos pelos quais o trabalho se diferencia e sugere uma dinâmica de localização mais acentuada numas áreas do que noutras e porque, por outro lado, a segmentação dos mercados de trabalho há-de ser relativamente elucidada pela consideração dos factores espaciais (Cooke, 1983: 559).

Aliás, a sensação que o caso português nos dá no âmbito dos mercados de trabalho não é tanto a de estarmos perante a fácil identificação de *dois* segmentos (o mercado *primário* de trabalho, estável e bem remunerado e o mercado *secundário*, precário e de baixas remunerações), como propõe a teoria dualista, mas antes perante *conjugações particulares de factores locais* ⁽⁸⁾.

Isto mesmo sentiram, perante novas condições em outras economias, autores representativos das teorias da segmentação, como Gordon *et al*, que, citados por Cooke (1983: 559), afirmam: «os sistemas diversificados de controlo do processo de trabalho e

(8) Sem omitir, naturalmente, os factores de âmbito geral que se manifestam a nível nacional — legislação laboral, salário mínimo, direitos constitucionais, etc.

a segmentação do mercado de trabalho não oferecem já uma base adequada para o crescimento rápido e continuado... À medida que o crescimento se torna mais lento, os empresários orientam crescentemente o investimento para regiões, países e indústrias onde os termos do acordo do pós-guerra não foram obtidos».

2.2.2. É por este conjunto de questões que as *teorias dos mercados de trabalho*, de forte tradição na análise económica, vêm originando permanentes evoluções, com novas propostas que representam quer teorias parciais dentro dos paradigmas consagrados, quer abordagens novas. Julgo que vale a pena uma breve referência às aquisições conseguidas neste domínio.

Estas relevam das correntes principais da ciência económica. Para Fitoussi (1979: 84-85) é marcante a fronteira entre dois paradigmas rivais da ciência económica — o paradigma neo-clássico da afectação dos recursos e o paradigma keynesiano ou neo-keynesiano da regulação macroeconómica. São ainda estas duas concepções que originam a dicotomia, constatada nos estudos sobre o emprego, entre a economia do trabalho e a teoria macroeconómica (Vincens, 1979: 11). Aglietta (1978: 81-82), por sua vez, representa as clivagens teóricas neste domínio através de três grupos de teorias. As que encontram a sua unidade na concepção subjectiva do valor e se referem a um equilíbrio geral de mercados. Para esta a evolução das grandezas macroeconómicas explica-se pelas *escolhas individuais* que, por sua vez, se fundamentam nas estruturas de informação a que acedem. O segundo grupo de teorias é o que estuda directamente as relações económicas que estruturam a sociedade e as suas leis, concebendo a heterogeneidade social como um processo de estratificação que resulta daquelas relações. Deste grupo fazem parte a renovação do pensamento ricardiano e a concepção marxista. Na charneira encontra-se a terceira abordagem — a keynesiana.

Não será tanto às *teorias parciais* dentro do paradigma neo-clássico que, por agora, darei atenção ⁽⁹⁾.

⁽⁹⁾ Elas relevam da mesma axiomática de escolhas racionais, de sujeitos independentes, tomadas a preços dados e reflectindo um comportamento universal optimizados (Aglietta 1978:83), onde as diferenças de salários são diferenças «igualizadoras», porquanto «reflectem a desigualdade das produtividades individuais [lado da procura] e a diversidade das preferências» [lado da oferta] (Vincens, 1979:9), num quadro de equilíbrio geral estável que supõe um sistema económico *atemporal* cujo tipo-ideal de mercado consagra a omissão (o silenciamento) das outras formas de organização do trabalho.

Interessar-me-á referir algumas das vertentes por onde o conceito ideal, homogéneo e supostamente não discriminatório de mercado de trabalho, típico da teoria neo-clássica, foi questionado. O meu objectivo é chegar ao conceito de *sistema local de emprego* (Mallet, 1980), que julgo bastante apropriado.

Uma daquelas vertentes é a das teorias da *segmentação* e do *dualismo* do mercado de trabalho, que podemos considerar como *teorias parciais* no âmbito do paradigma keynesiano⁽¹⁰⁾. As teorias da segmentação do mercado de trabalho representam a ilustração institucional da mensagem keynesiana — a procura, no terreno, dos efeitos da incerteza (Fitoussi, 1979). A segmentação pode ser vista como a solução trazida à incerteza e à variabilidade da actividade económica e, ao responder ao desejo de manter a flexibilidade dos custos, representa uma das características essenciais do universo concorrencial das economias de mercado (Vincens, 1979). A atenção dos economistas foi atraída pelo facto de franjas significativas da mão-de-obra caracterizadas por emprego precário, baixo salário e tarefas desqualificadas se localizarem em zonas *intersticiais* de uma economia industrial onde, com uma universalidade só aparente, se tinham consagrado direitos significativos dos trabalhadores: salários elevados, segurança no emprego, dignificação do trabalho, segurança no emprego, regras de ascensão profissional definidas. Este mercado era, afinal, segmentado em *dois*, um segmento *primário* e outro *secundário*, mas era-o num mesmo *espaço*.

As teorias da segmentação tinham origem numa abordagem iniciada na década de 50 (Kerr, 1950; 1954) e marcada mais tarde pela obra de Piore e Doeringer (1971) e que constituiu o «primeiro ataque» (Cooke) ao modelo neo-clássico — tratou-se da teoria do *mercado interno de trabalho*, baseada na ideia de que o primeiro elemento de diferenciação residia no facto de as grandes empresas organizarem internamente, e não no mercado *anónimo*, as formas privilegiadas de preenchimento dos lugares da escala profissional, resultando daí situações substan-

Estas *teorias parciais* são, principalmente, as seguintes: as teorias da discriminação; a teoria da procura de emprego (*job search*); a teoria do capital humano (cf. Vincens, 1979; Fitoussi, 1979; Aglietta, 1978; Mallet, 1980:81-82; Gambier e Vernières, 1982:61-66).

(10) Sobre este tema existe uma vasta bibliografia. A título de exemplo refira-se, quanto às obras de apresentação ou comentário, Mallet (1980), Gambier e Vernières (1982), Vincens (1982), Fitoussi (1982), Requeña (1982) ou Cravinho (1983). Quanto a algumas das contribuições originais, Reich *et al.* (1983), Edwards *et al.* (1975), Cain (1976), Piore (1978), Piore e Berger (1980).

cialmente diferentes, quanto à promoção, para os trabalhadores do *mercado externo* a estas empresas.

O *dualismo* vai sobrepôr à dicotomia mercado interno/mercado externo a distinção segmento primário/segmento secundário ⁽¹¹⁾.

As teorias de segmentação frutificam e uma idêntica constatação da realidade irá dar origem a duas interpretações diferentes — a dos *dualistas*, para quem as diferenciações são resultado de fundamentos tecnológicos ou da colaboração entre empresários e sindicatos, estes na defesa de direitos, embora não gerais, que iam sendo adquiridos, aqueles procurando contrariar a *incerteza* do mercado; a dos *radicais*, principalmente americanos (Reich *et al*, 1973; Edwards *et al*, 1975; Gordon *et al*, 1982; Piore, 1975), para quem a segmentação é uma estratégia patronal de divisão dos trabalhadores e assume a forma moderna do conflito das classes sociais.

Que as teorias da segmentação conduzem a uma sobreavaliação, a um privilégio, dos factores sócio-institucionais ligados à relação salarial em detrimento de uma abordagem que combine as transformações da relação salarial, das formas da concorrência dos capitais e das estruturas industriais, é um assunto que nos é lembrado por Servais e Sourd (1983). E é um assunto importante para o caso português e para o das regiões onde a relação salarial monopolista não é dominante nem tendeu ou tende a ser homogeneizadora, uma vez que a sua estrutura económica tem mais a ver com ramos e empresas onde é grande a diversidade de formas da relação salarial.

Da crítica às teorias da segmentação vai ainda resultar a teoria da discontinuidade dos mercados do trabalho (Cooke, 1983). As críticas principais são estas: à segmentação preside a ideia funcionalista de que os empresários industriais podem criar a estrutura de empregos mais conveniente para os seus objectivos de controlo do sistema; ignora-se a variação sectorial entre indústrias bem como a dinâmica de mudança entre o sector primário e o secundário. De acordo com Cooke (1983: 545) «a primeira importante característica da teoria da discontinuidade do mercado de trabalho é que faz regressar o trabalho e a sua capacidade de negociação ao primeiro plano da interpretação da hierarquização do mercado de trabalho».

⁽¹¹⁾ Podendo daí resultar um modelo a quatro sectores, uma vez que quer o mercado interno quer o externo admitem segmentos primários e secundários.

Mas são os efeitos da dimensão espacial na estruturação dos mercados de trabalho que vão estar no cerne desta abordagem — em casos como os de Itália e dos Estados Unidos é visível no comportamento dos empresários uma estratégia espacial relacionada com a procura de custos salariais mais reduzidos e de mão-de-obra dócil.

As teorias da segmentação, com efeito, se por um lado superavam a ideia neo-clássica de uma racionalidade individual, atomizada e homogénea, por outro lado sublinhavam o lado da procura de trabalho — a *explosão* (*éclatement*) da procura, no dizer de Gambier e Vernières — e os factores institucionais relacionados com uma relação salarial monopolista correspondente ao «tipo keynesiano» do pós-guerra.

Vai ser a crise e a necessidade de procurar acções locais em matéria de emprego próximas das realidades económicas, das pressões e das solidariedades que, no plano concreto, vai chamar a atenção da análise económica para o nível local dos mercados de trabalho — assiste-se à *explosão espacial* do mercado de trabalho (Gambier, Vernières, 1982: 120 e ss.).

No plano teórico e analítico é a compreensão de que, devido às interdependências dos diversos sistemas, a produção e a reprodução da força de trabalho se caracterizam por manterem a sua especificidade e diferenciação no espaço, resultando daí o crescimento do peso das variáveis ligadas ao trabalho nas decisões de localização das actividades, é essa compreensão que faz emergir o local como variável analítica pertinente. Entende-se que «as condições da *mise en oeuvre* da força de trabalho, são determinadas pela empresa em função do contexto local, das restrições e das oportunidades do seu ambiente» (Mallet, 1980: 113).

Que as análises sobre a mobilização e utilização da mão-de-obra devam ser localizadas parecia aliás já estar amplamente justificado por razões históricas ou pela diversidade geográfica das variáveis associadas ao mercado de trabalho.

Se a consideração do nível local há-de ficar ainda na óptica do mercado (falar-se-á então de mercado local de trabalho), na qual se introduzam novas variáveis que, por exemplo sob a forma de custos, dêem conta das *imperfeições*, devidas ao espaço, que recolocam em outros termos os pressupostos de *mobilidade*, *transparência* e *homogeneidade*; ou se, pelo contrário, o que deve estar em causa é dar conta dos fundamentos das diferenças no próprio funcionamento dos mecanismos de afectação da mão-de-obra, optando por uma abordagem em termos de sistemas locais de emprego, é a questão que, convincentemente, L. Mallet (1980) nos coloca.

A análise em termos de *sistemas locais de emprego* assenta em dois aspectos que a distingue das abordagens tipo «mercado de trabalho» — o papel estratégico das empresas (procura de trabalho), que reduz a níveis limitados os mecanismos tradicionais de mercado, e as interdependências com os outros sistemas locais.

O primeiro aspecto retoma uma hipótese cara às teorias da segmentação, pretendendo-se assim mostrar que é da proporção entre diferentes tipos de empresas e das suas relações de concorrência que decorrem a determinação dos salários, a afectação de mão-de-obra e mesmo os laços entre estas duas funções. Isto mesmo leva a que se defina sistema local de emprego como o «lugar onde se estabelecem, a propósito da utilização da mão-de-obra, relações entre empresas que praticam salários e condições de emprego diferentes» (Mallet, 1980: 221). Estes sistemas são caracterizados por uma estrutura específica de fluxos de mão-de-obra, explicada pelas reacções dos trabalhadores face a «uma constelação de estabelecimentos que pronõem condições de emprego e de salários hierarquizados» (*Idem*).

Mas, porque o sistema local de emprego «não é simplesmente um sistema de relações entre empresas, é também um lugar particular de reprodução da força de trabalho» (Gambier, Vernières, 1982: 140), esta é a segunda razão porque o nível local é relevante. São os outros sistemas com que o sistema de emprego se relaciona que definem em boa parte as condições e os custos da reprodução da força de trabalho. Estas dependem de factores com os hábitos de consumo, as estruturas demográficas, a natureza do aparelho educativo, as infraestruturas locais e, diria eu para o caso português, da forma como o meio rural e a actividade agrícola complementar possam *calibrar* o sistema de articulações. «As diferenças observadas segundo os lugares no custo da reprodução da força de trabalho podem ser explicadas pela história da diferenciação dos espaços, que se podem sempre, mesmo se o método for em alguns aspectos pobre, interpretar em termos de custo» (Mallet, 198: 229-30).

Pelo que se viu, a *estrutura de localizações* (neste caso, das empresas e dos indivíduos) dado que ambos integram o espaço no seu comportamento é ainda um elemento central do conceito. É por isso, aliás, que julgo bem articulados nesta abordagem elementos a que tenho vindo a dar importância — estrutura de empresas, processos de localização e modos de reprodução.

2.3. A relação salarial

A convergência, na análise que procuro ensaiar, de múltiplos aspectos — produção e reprodução, mercados de trabalho e estruturação do sistema produtivo, interrelação dos factores económicos e culturais, ou da actividade formal e informal, processos e localizações da crise, determinantes salariais — levam-nos, com proveito para a reflexão e para a observação, a um conceito que, a partir dos economistas, tem vindo a ganhar desenvolvimentos crescentes entre os cientistas sociais. Trata-se do conceito de *relação salarial*.

Como refere Drugman (1983: 22-23) tal conceito é *extensivo, societal, convergente, alternativo* e ligado à *crise* actual.

Significa isto, principalmente, que as grandes alterações das condições que orientam o uso e a reprodução da força de trabalho (e este é o objecto principal do conceito) hão-de implicar o conhecimento de múltiplos factores entre os quais sobressaiem: os da esfera da *produção* (o trabalho é *capital variável*), os do *consumo* e das suas modalidades (a reprodução implica o uso do salário na circulação mercantil como também apela para actividades informais não monetarizadas), os da *circulação* e mobilidade da força de trabalho; os da articulação entre as diferentes práticas ou actividades sociais e entre os diferentes campos da sociedade, questionando a autonomização do económico. É assim, por exemplo, que na análise dos salários se, por um lado se impõe religar «a análise da circulação (mercado de trabalho) à da produção, ela supõe também dar conta das condições de reprodução da força de trabalho que são, em parte, exteriores ao processo de reprodução do capital, porque inscrita na circulação mercantil através do uso do salário» (*Idem*: 25), como supõe ainda ir para além da dimensão produtiva e mercantil e captar o processo de trabalho doméstico, a família e as formas socializadas e institucionais de reprodução.

Estas são algumas das questões que confluem para que, no salário, exista também uma dimensão moral, cultural e, em certo sentido, consensual e para que a determinação do valor da força de trabalho seja uma grandeza imediatamente ética e, só de maneira mediata, económica (Emmanuel I, 1976: 165).

A consideração dos factores que acabei de referir é múltipla mas não é *caótica*. Apesar de não ser único o corpo de análises que tomam a *noção* como referência ou se utilizam da comodidade do termo e das inevitáveis ambiguidades do conceito (Margirier, 1983; Drugman, 1983), as abordagens no âmbito da relação salarial tendem a estruturar os diferentes

aspectos à volta da compreensão da dinâmica (dinâmicas) do capitalismo e das condições do conjunto da sua reprodução e das formas como a utilização da força de trabalho está no centro desta problemática. É neste sentido, aliás, que a noção interessa a este trabalho e que a tenho presente na análise ⁽¹²⁾.

3. O CENTRO LITORAL — ANÁLISE DAS RELAÇÕES PRODUÇÃO/REPRODUÇÃO

Como já deixei entender, a economia da região a que dediquei maior atenção caracteriza-se por uma combinação particular de factores estruturantes. São factores que, naturalmente, relevam da própria natureza do funcionamento económico nacional. Mas é a *intensidade* da sua articulação num espaço regional que faz deste último uma referência específica.

Procurarei neste capítulo realçar, ainda que de forma sucinta, os factores regionais que me parecem mais relevantes. Tratarei de indicadores como a pequena agricultura, as contas de rendimento das famílias, o investimento e a estrutura do emprego. Tentarei também a comparação com outros espaços.

3.1. A pequena agricultura ⁽¹³⁾

Em trabalhos anteriores (Reis, 1983 *b*; 1983 *c* e 1984) procurei desenvolver e justificar a ideia de que «a natureza predominante da agricultura portuguesa» é a que decorre da posição maioritária da agricultura complementar. Daí resultam, aliás, os contrastes principais entre o modelo português de agricultura e o modelo europeu — este é principalmente derivado de um modo de inserção económica que, embora assente na organização familiar do trabalho, se desenvolveu «através de uma forte relação dos agricultores com o *mercado*, já que a produção é, quase em exclusivo, destinada a ser vendida e, por

⁽¹²⁾ Noutro trabalho (Reis, 1983 *c*: 13-25) procurei desenvolver com maior detalhe uma perspectiva de análise da agricultura complementar a partir do conceito de relação salarial. Detenho-me mais nas relações entre esta forma de pequena agricultura e a estrutura industrial e nas consequências que daí derivam ao nível da estrutura de salários. Para as questões da estratificação e determinação salarial recolhi os contributos de Aglietta (1976); Emmanuel (1976) e Wallerstein (1983).

⁽¹³⁾ Não me deterei aqui a demonstrar o conhecido peso das pequenas explorações e do trabalho familiar na agricultura portuguesa.

outro lado, a intensificação da produção baseou-se numa forte dependência face à compra de factores de produção e tecnologias de origem industrial» (Reis, 1984: 7-8). Daí a especialização, a notável diminuição, absoluta e relativa, da população activa agrícola e do número de explorações, o êxodo rural e uma estrutura agrária caracterizada por explorações com áreas médias bem superiores às portuguesas, embora compatíveis com as disponibilidades familiares de trabalho. O *motor* deste processo foi, como se sabe, um período de crescimento que fez aumentar fortemente o emprego industrial, com níveis de remuneração e condições de emprego que garantiam a estabilidade da reprodução da força de trabalho através do alargamento da condição salarial.

No caso português e designadamente no Norte e Centro litorais o modelo de agricultura está menos vinculado ao mercado e mais relacionado com o emprego e a política salarial dos outros sectores da economia, tornando-se a agricultura no *núcleo* de uma complexa rede de complementaridades de onde deriva a «importância atribuída à *força de trabalho* como eixo de continuidades entre os sectores agrícola e não agrícola (...), sem deixar de tomar em conta que é ainda a natureza estratégica do salário no processo de acumulação do capital que preside ao jogo de relações mercantis que desvaloriza os produtos agrícolas ⁽¹⁴⁾ (Reis, 1983 b: 164).

QUADRO V

Actividade remunerada fora da exploração

Ramos	Aveiro		Coimbra		Leiria		Continente	
	1)	2)	1)	2)	1)	2)	1)	2)
Agricultura	8.4	7.8	15.3	14.1	20.9	18.1	23.6	21.3
Indústria	40.5	41.5	17.4	17.7	24.2	25.2	17.5	20.0
Construção	12.0	13.1	14.7	15.7	14.3	15.0	14.1	14.8
Comércio e hotelaria	8.9	8.6	8.9	9.9	8.4	9.3	8.6	9.1
Outras activ. remun.	23.9	28.0	42.3	41.5	31.3	31.6	35.5	34.2
Total	34 197	77 796	36 381	64 421	35 144	66 625	375 304	764 686

1) Produtor individual (%) 2) todos os membros da família (%)

Fonte: Recenseamento Agrícola do Continente, INE, 1979.

(14) O processo de desvalorização dos preços agrícolas e de degradação dos termos de troca da agricultura é notório em Portugal a partir de 1977 (Reis, 1983 a).

Para além dos indicadores já apresentados no início deste trabalho proponho-me agora caracterizar com maior detalhe a actividade dos membros das famílias com exploração agrícola e o peso do emprego exterior à exploração.

Os dados do quadro anterior referem-se só às explorações com mais de 0,5 ha. Subavaliam, portanto, as relações da pequena agricultura com os mercados de trabalho. As micro-explorações, não incluídas aqui, serão necessariamente de complemento, embora possam não o ser só para activos — o papel da agricultura portuguesa como complemento dos pensionistas e reformados é bem conhecido e não me deterei a referi-lo. As relações da pequena agricultura com a agricultura patronal, ainda que de natureza não capitalista, com a indústria, a construção e o próprio processo de terciarização da economia fica, parece-me, bem demonstrado.

O Quadro VI mostra-nos que a dedicação exclusiva à agricultura tem um peso pouco expressivo. O facto de só uma parte dos membros da família sem actividade fora dedicarem tempo completo à exploração pode ser explicado pela importância do trabalho doméstico feminino, pela mão-de-obra «pós-activa» ou ainda pelas crianças e jovens em idade escolar ⁽¹⁵⁾.

QUADRO VI

Actividade dos membros das famílias com agricultura

	Aveiro	Coimbra	Leiria	Cont.
<i>Actividade só na exploração</i>	113 637(50.4)	101 599(50.2)	94 507(48.4)	1 247 384(51.0)
	%	%	%	%
Tempo completo	56.0	46.2	32.5	33.2
Até 50%	22.5	29.5	35.9	36.8
50% a <100%	21.5	24.3	31.6	30.0
<i>Actividade fora</i>	77 796(34.5)	64 421(31.8)	66 625(34.1)	764 686(31.3)
	%	%	%	%
Sem actividade na exploração	25.4	23.7	23.2	23.0
Até 50%	57.3	59.3	57.2	58.5
50 a <100%	14.9	15.7	18.5	17.1
<i>Sem qualquer actividade</i>	34 015(15.1)	36 414(18.0)	33 976(17.4)	434 319(17.8)

Fonte: Recenseamento Agrícola do Continente, INE, 1979.

⁽¹⁵⁾ O Recenseamento Agrícola considera todos os membros da família com mais de 8 anos.

Vê-se ainda que a exploração agrícola é um lugar de *prolongamento da jornada de trabalho* da mão-de-obra com actividade exterior à exploração.

As famílias com agricultura são decisivamente marcadas pelas remunerações obtidas pela actividade não agrícola — a média de trabalhadores com remuneração fora por família é de 1,2 em Aveiro, 0,9 em Coimbra e 1,0 em Leiria. Aveiro reflecte mais a relação com a indústria, enquanto em Coimbra sobressai o emprego nas «outras actividades remuneradas», que podemos associar ao sector dos serviços.

É também interessante vermos dois *estudos de caso* ⁽¹⁶⁾. Procurou-se ver qual o peso, numa unidade de produção industrial, da mão-de-obra inserida em famílias que praticam agricultura a título complementar, qual a relação entre essa variável e a estrutura de salários e qual o papel da exploração agrícola para utilização informal de trabalho familiar.

Naturalmente que estes casos não representam mais do que *indícios* acerca do problema que estudamos. Não ousou, por isso, encará-los como generalizáveis.

Em ambas as situações o exercício da actividade complementar tem grande expressão — 72% da mão-de-obra industrial, no primeiro caso, e 66% no outro pratica a agricultura a título complementar. Num e noutro 6% dos trabalhadores exerce uma actividade complementar não agrícola.

As formas de acesso à terra reflectem duas situações locais bem distintas — num caso é o arrendamento que tem maior expressão (53%) no outro caso é a herança ou a cedência por familiares que é dominante (84%).

Todos os entrevistados afirmam que dedicam algum do seu tempo à exploração agrícola — como prolongamento da jornada de trabalho, quando isso é compatível com o local de residência, ou nos fins-de-semana e férias. O trabalho do cônjuge e de outros familiares é um suporte permanente.

A produção destina-se esmagadoramente ao autoconsumo e, numa das empresas, 24% dos trabalhadores com agricultura

(16) Feitos no âmbito da cadeira de «Economia Agrária», do 4.º ano da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e do projecto de investigação «Agricultura Complementar e Salários Industriais». Em ambos os casos se trata de empresas localizadas no Centro litoral, em zonas de tradição industrial. Num caso combina-se a proximidade de um grande centro urbano com uma acentuada relação rural, no outro utiliza-se mão de obra operária cuja «inserção rural» é mais matizada — já não se trata de operários de «primeira geração», filhos de camponeses a tempo inteiro. A referência rural persiste, contudo.

complementar avaliam a produção como igual ao salário anual que recebem e 38% dizem que é igual a meio salário. Embora a validade destas estimativas deva ser criticamente ponderada, certo é, contudo, que elas se referem à situação mais intensamente agrícola. Já no outro caso, aliás compreensivelmente face à zona industrial de que se trata, só 3% dizem que a agricultura traz à família tanto como o seu salário, mas 56% estima que o valor da produção representa entre três meses e meio ano de salário.

3.2. *As contas de rendimento das famílias*

Mas se muitas das famílias organizam a sua economia em torno da pequena agricultura pode ainda dizer-se, com sentido mais geral, que é também grande o peso da actividade autónoma e dos chamados rendimentos não factoriais, designadamente, juros e remessas dos emigrantes.

As contas de rendimento das famílias (GEBEI, 1983 a), já analisadas com algum detalhe noutros trabalhos (Santos, 1985 a e b) são um bom indicador da natureza das economias das famílias em Portugal.

Em geral é assinalável e crescente o peso dos *juros* e das *remessas*, por um lado, e do *excedente bruto de exploração* correspondente a actividade autónoma, não assalariada, das famílias⁽¹⁷⁾, por outro. Ressaltam os casos típicos de distritos do Norte e Centro interiores, como Bragança, Vila Real e Guarda, ou, ainda, Viana do Castelo, onde *as remessas dos emigrantes ultrapassam, por exemplo, o volume das remunerações dos empregos assalariados criados localmente* e onde o peso dos *juros* dos depósitos é também elevado. Trata-se de economias viradas para fora por via do fenómeno emigratório.

Mas já o Centro e Norte litorais ressaltam por outras razões. Trata-se de regiões onde quer a *actividade autónoma das famílias* (seja através da pequena agricultura seja através do sistema das pequenas empresas não agrícolas) quer as remunerações pelo trabalho assalariado têm razoável expressão — dá-se assim sentido à ideia de que há uma articulação entre o desenvolvimento da estrutura produtiva e as actividades orientadas para a reprodução das famílias.

(17) Actividade das empresas individuais não compreendidas nas quase sociedades.

Os juros dos depósitos têm menos expressão que no interior mas mais do que numa área urbana e proletarizada como a da região de Lisboa.

QUADRO VII

Peso das principais componentes do rendimento disponível das famílias (%)

Regiões	EBE		RTCO		RE		JDP	
	1977	1979	1977	1979	1977	1979	1977	1979
Norte litoral	25.5	26.6	49.8	43.0	8.1	11.4	4.5	8.7
Norte interior	31.3	28.1	28.4	21.8	20.9	27.8	6.2	11.8
Centro litoral	30.2	28.3	43.2	37.1	10.3	15.2	4.8	9.7
Centro interior	28.4	26.7	36.7	28.7	16.7	22.8	5.9	11.3
Lisboa	22.5	22.2	59.5	54.6	2.8	4.7	3.6	8.0
Sul	34.1	33.3	43.9	38.1	5.3	8.7	3.9	8.7
Continente	26.0	25.7	50.9	44.0	6.9	10.5	4.3	8.8

EBE — Excedente Bruto de Exploração; RTCO — Remunerações dos trabalhadores por conta de outrém; RE — Remessas de Emigrantes; JDP — Juros de depósitos a prazo.

Fonte: IACEP-GEBEI (1983a)

3.3. O investimento

Os quadros seguintes resumem a estrutura de distribuição regional do investimento por sectores e as contribuições sectoriais e regionais para o crescimento da FBCF nacional.

QUADRO VIII

Distribuição regional do investimento por sectores (%)

Regiões	Total			Habitação			Indústria			Serviços		
	1971	1977	1980	1971	1977	1980	1971	1977	1980	1971	1977	1980
Norte	24.1	24.4	25.6	20.7	34.0	29.4	32.4	25.0	27.4	22.1	19.0	26.1
Centro	17.2	19.0	22.0	11.3	24.1	22.4	25.3	20.2	27.6	12.6	13.5	18.4
Lisboa	51.5	50.0	43.3	63.9	36.2	37.6	37.7	52.7	41.0	56.9	60.6	44.3
Sul	7.2	6.6	9.1	4.1	5.7	10.6	4.6	2.1	4.0	8.4	6.9	11.2

Fonte: Figueiredo (1985).

A perda por Lisboa da sua posição maioritária em termos globais e a grande quebra da sua parte no investimento na habitação, a localização industrial no Norte e Centro e o incremento geral da terciarização são os aspectos mais relevantes do Quadro IX.

O dinamismo diferenciado em termos regionais e sectoriais é bem evidenciado pelo quadro seguinte, para o sub-período mais recente.

QUADRO IX

Contribuições relativas dos sectores e regiões para o crescimento do investimento nacional (1977-80) (%)

Regiões	Total	Habitação	Agricultura	Indústria	Serviços
Norte	33.9	-7.4	2.4	17.6	35.5
Centro	41.9	-2.6	4.7	22.6	24.9
Lisboa	-2.0	2.6	4.0	10.8	-33.8
Sul	26.2	8.1	1.6	4.2	19.4
Continente	100	0.6	12.7	55.2	46.0

Fonte: Figueiredo (1985).

A síntese deste processo é-nos feita por Carlos Figueiredo (1985): «constatámos, assim, a ocorrência de uma profunda alteração na distribuição regional do investimento nacional no sentido de melhorar significativamente o posicionamento das regiões *Norte* e *Centro* no final da década, o que permitirá, de algum modo, traduzir a existência de um razoável dinamismo das estruturas económicas e sociais que se encontram implantadas nessas regiões. Entretanto a região de *Lisboa* parece absorver, em boa medida, os efeitos da crise económica».

3.4. A estrutura do emprego

A finalizar analiso a estrutura do emprego no Centro litoral, comparando-a com a de Lisboa e Setúbal e a do Continente.

Como se vê não é quanto ao peso do *emprego industrial* que o Centro litoral mais diverge das outras regiões consideradas. A grande diferença é trazida pelo peso do *emprego na agricultura* (mais de 10 pontos acima da média do Continente, mesmo em Aveiro, e incomparavelmente superior à média de Lisboa e Setúbal) e pelo peso do *emprego nos serviços* (onde Lisboa e Setúbal se adiantam significativamente).

QUADRO X

Estrutura do Emprego (1977)

Ramos	Aveiro	Coimbra	Leiria	Lis./Set.	Continent
Agricultura e pesca	41.3	43.4	50.1	7.5	31.9
Electricidade, gás e água e indústrias extractivas	0.7	0.8	0.5	0.9	0.7
Indústria transformadora	33.0	16.3	21.7	20.7	22.4
Construção e obras públicas	6.0	7.9	5.6	13.1	9.5
Administração pública e instituições financeiras	4.7	9.6	5.2	17.9	9.8
Serviços, comércio, hotelaria e transportes	14.5	22.1	16.9	40.0	25.7

Fonte: IACEP-GEBEI (1983 b)

Importa ver também o tipo de *especialização industrial*. O quadro XI mostra-nos, do ponto de vista do emprego, os principais ramos da indústria transformadora.

Como é notório já por outras indicações, Aveiro é o distrito mais marcadamente industrial — a sua parte no emprego in-

QUADRO XI

Principais ramos industriais

Ramos	Aveiro		Coimbra		Leiria	
	% ET	% EI	% ET	% EI	% ET	% EI
Madeira e cortiça	5.7	17.5	1.9	11.7	2.2	10.3
Têxtil e vestuário	4.0	12.3	4.4	27.2	3.3	15.3
Curtes e couro	3.8	11.6				
Produtos metálicos	3.3	10.1			1.0	4.7
Produtos de cereais e legumes	2.9	8.7	2.3	13.9	1.4	6.7
Porcelana, faiança, grés e olaria	1.0	3.1	1.1	7.0	1.5	6.8
Vidro e artigos de vidro					3.2	14.8
Artigos de borracha e matérias plásticas					2.3	10.4
Construção de material de transporte	2.0	6.0				
Papel e artes gráficas	1.5	4.7	1.0	6.2		
Outros materiais de construção	1.4	4.1	1.1	6.5	2.3	10.6

Fonte: IACEP-GEBEI (1983 b)

dustrial nacional, por exemplo, é maior que a sua participação no emprego total. Mas o próprio quadro de especialização é diferente. Aparecem neste distrito já com algum relevo ramos como o da «fabricação de produtos metálicos» ou o da «construção de material de transporte».

Em geral, e para além de algumas particularidades distritais conhecidas, o que parece prevalecer é uma estrutura industrial assente em ramos ditos «tradicionais» e de baixas remunerações — o relevo vai para os «têxteis e vestuário» e para a «madeira e cortiça».

Naturalmente que constatar o relevo de ramos desta natureza não encerra a discussão. Neste quadro podem ter lugar processos dinâmicos de transformação no sentido do aumento do valor acrescentado.

Na base dos valores do emprego podemos ainda calcular um indicador de localização industrial — os quocientes da loca-

QUADRO XII

Quocientes de localização

Ramos	Aveiro	Coimbra	Leiria
Extracção e transformação de minerais metálicos	1.4	—	—
Extracção e transformação de minerais não metálicos	—	—	1.3
Fabricação de porcelana, faiança, grés e olaria	3.5	3.9	5.2
Fabricação de vidro e artigos de vidro	—	1.6	11.9
Fabricação de outros materiais de construção	1.8	1.4	3.1
Fabricação de produtos químicos	1.0	—	—
Fabricação de produtos metálicos	2.3	—	—
Fabricação de máquinas não eléctricas	1.5	—	—
Construção de material de transporte	1.5	—	—
Indústria de lacticínios	2.6	—	—
Conservação de peixe e outros produtos da pesca	1.2	—	1.5
Fabricação de produtos de cereais e leguminosas	1.9	1.5	1.0
Fabricação de outros produtos alimentares	—	—	1.7
Indústria de bebidas	2.2	—	—
Indústria de curtumes e artigos de couro	5.4	—	—
Indústrias de madeira e cortiça	2.8	—	—
Indústria de papel, artes gráficas e edições	1.6	1.0	—
Fabricação de artigos de borracha e plástico	1.5	—	4.2
Outras indústrias transformadoras	1.3	—	—

lização ⁽¹⁸⁾ — que nos dá a medida da importância relativa do emprego dos diferentes ramos da região comparada com a importância relativa do emprego de cada ramo no conjunto da economia.

A extensão deste trabalho não permite uma análise muito longa dos dados aqui apresentados. Sempre se chamará a atenção, contudo, para os relativos contrastes que os três distritos apresentam — pouca expressão do sector industrial em Coimbra; maior dependência, em Leiria, face aos ramos do vidro, da porcelana, faiança, grés e olaria e dos plásticos; maior equilíbrio e expressão do sector industrial em Aveiro.

QUADRO XIII

Variação da estrutura do emprego
1970-81

Ramos		Aveiro	%	Coimbra	%	Leiria	%
Alimentação bebidas e tabaco	HM	4 253	115.4	2 210	115.1	3 640	298.4
	H	2 276	94.2	1 308	91.5	1 952	213.3
Têxtil, vestuário e couro	HM	4 468	34.1	2 476	45.0	- 415	- 6.2
	H	2 164	20.1	634	35.5	- 595	-20.3
Madeira e cortiça	HM	3 813	23.2	562	15.1	1 013	21.3
	H	1 739	14.4	420	11.9	842	19.8
Papel e tipografia	HM	1 167	28.3	744	62.8	4 706	1191.3
	H	1 078	40.2	568	55.7	3 373	1183.5
Químicas e petróleo	HM	-2 009	-28.9	146	10.7	14 097	637.9
	H	1 814	81.5	126	12.9	10 436	679.9
Produtos minerais não metálicos	HM	3 587	69.1	1 779	44.0	4 637	39.7
	H	2 385	60.0	1 393	42.7	3 226	36.9
Metalurgia de base	HM	-3 679	-62.3	-171	-45.6	- 354	-63.8
	H	-3 397	-64.3	-182	-49.2	- 317	-62.2
Produtos metálicos, máquinas e material de transporte	HM	15 517	117.3	1 642	50.2	2 861	69.6
	H	12 499	105.5	1 055	33.3	2 560	68.8
Outras indústrias transformadoras	HM	574	29.2	65	6.7	760	99.3
	H	567	47.1	103	16.7	459	89.1
Indústria transformadora	HM	34 821	46.3	9 453	42.3	15 547	48.0
	H	21 125	40.3	5 429	33.6	10 621	45.4

Fonte: Recenseamentos da População, INE, 1970 e 1981.

⁽¹⁸⁾ «Trata-se de um índice que relaciona a importância de certo indicador em certa região com a importância relativa do mesmo indicador no conjunto das regiões». (Lopes, 1980:55) $QL = \frac{x_{ij} \cdot x_j}{x_i \cdot x}$

No quadro apenas se indicam os valores iguais ou superiores à unidade.

Tentarei, enfim, uma comparação diacrónica. Algumas insuficiências estatísticas aconselham a que não se vá muito longe numa análise deste tipo. Optei por utilizar os dois últimos recenseamentos da população. O quadro XIII deixa-nos entender algumas alterações significativas — por exemplo, o aumento do emprego no ramo dos produtos metálicos, máquinas e material de transporte em Aveiro, ou do papel e tipografia em Leiria e Coimbra e ainda do ramo das químicas e petróleo em Leiria. O aumento do emprego na alimentação, bebidas e tabaco verifica-se em geral. Por outro lado a incorporação do trabalho feminino processa-se a um ritmo mais elevado.

Estes valores são a imagem de estruturas de funcionamento de onde decorrem ilações que importará detalhar mais. Por ora ficarei neste ponto.

4. CONCLUSÃO

A procura da compreensão das articulações entre a reprodução alargada do sistema produtivo e a reprodução das condições de vida e da força de trabalho levou-nos a pensar porque é que se tem vindo a reforçar a importância do trabalho como factor de localização industrial, porque é que o nível local dos mercados de trabalho e dos sistemas de emprego tem emergido com vitalidade. Os modos de recrutamento e gestão da mão-de-obra, a relação salarial, complexificam-se e, ao mesmo tempo, a economia manifesta dinamismos diferenciados.

A crise e o esgotamento de muitos dos processos de estruturação económica das últimas décadas revaloriza a análise destas situações.

Como parece ter ficado claro, «as práticas sociais de consumo no nosso país prefiguram um modo de reprodução social que, sem se parificar ao modo de reprodução nas sociedades centrais é, no entanto, mais elevado do que aquele que se poderia legitimamente deduzir do desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas» (Santos, 1985 b). É assim ainda que se assiste à situação paradoxal de o tecido social não desabar para uma crise tão profunda como os indicadores macroeconómicos e políticos-administrativos deixariam supor (Santos, 1985 a).

A vitalidade da esfera da reprodução e a natureza quase inseparável dos contactos entre esta e a esfera da produção pode ver-se também pelo modo como os processos de satisfação das necessidades de reprodução promovem actividades produtivas orientadas para este último fim. A reprodução *dinamiza* a

produção (não necessariamente capitalista) e dá conteúdo aos mecanismos familiares, informais e descentralizados de organização (desorganização, poder-se-á também entender a partir de pontos de vista diversos) económica.

E é a própria esfera formal de economia que colhe das potencialidades e das possibilidades permitidas pelos modos de reprodução.

Nos casos concretos que analisamos o especial dinamismo da produção e do investimento no Centro Litoral pode encarar-se como o resultado da descoincidência entre a reprodução e a produção de que fala Boaventura de Sousa Santos. Tal como o bloqueamento da região de Lisboa será o fruto da *coincidência* entre práticas de produção capitalistas concentradas e centralizadas e o exacto modo de reprodução das famílias proletariadas em meio urbano, a quem não ficam mais possibilidades que as enquadradas pela relação *salarial*.

Os mecanismos de articulação entre os processos de produção e de reprodução ocorrem, assim, num campo alargado que nem sempre se deduz de *inteira* lógica das relações de produção dominantes. O regime de acumulação dominante é ele próprio um produto de relações capitalistas e não especificamente capitalistas, quer ao nível das práticas de produção quer da reprodução.

A situação que hoje vivemos, de crise, por um lado, e de afloramento de novos quadros de economia e de vida, por outro, desafiam-nos a uma reflexão desmistificada sobre os sistemas que nos chegaram e sobre os objectivos a propor.

É óbvio que não está em causa o elogio às situações económicas e sociais onde, de maneira inevitavelmente *dominadora* e desigual, é flagrante a necessidade de recorrer ao suporte de certas estruturas sociais ou formas económicas. Mas, mesmo que a realidade não tenha que se confinar a um dilema, também é certo que às virtudes da centralização desenvolvimentista de ontem se substitui hoje a evidência dos seus limites.

O que hoje conhecemos melhor são, pois, os limites das várias soluções. Os processos novos, os modelos previsíveis estão ainda na encruzilhada. Importa sem dúvida reconhecer que, por ora, só temos a certeza de saber que os bloqueamentos dos modelos centralizados existem. Aos caminhos novos há ainda que caminhá-los.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aglietta, Michel (1976), *Régulation et Crises du Capitalisme — L'expérience des États-Unis*, Paris, Calmann-Lévy.
- Aglietta, Michel (1978), «Panorama sur les théories de l'emploi», *Revue Économique*, 1.
- Bagnasco, A. (1981), «Labour market, class structure and regional formations in Italy», *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 5, 1.
- Cain, G. (1976), «The challenge of segmented labour market theories to orthodox theory: a survey», *Journal of Economic Literature*, 4.
- Comissão de Coordenação da Região Centro (1984), *Os Factores de Localização na Região Centro*, Coimbra.
- Cooke, Philip (1983), «Labour market discontinuity and spatial development», *Progress in Human Geography*, Vol. 7, 4.
- Cordovil, Francisco (1984), «Transformação da estrutura das explorações agrícolas em Portugal nas últimas três décadas (1950-80) e efeitos previsíveis da adesão à CEE», *Economia e Socialismo*, 61.
- Costa, António (1984), «Entre o cais e o castelo: identidade cultural num tecido social desigualitário», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 14.
- Cravinho, João (1983), «Some effects of emigrants remittances in a european peripheral economy: the case of Portugal» in István Dobozi e Peter Mándi (Edit.), *Emerging Development Patterns: European Contributions*, Budapest.
- Doeringer, P. e Piore, M. (1971), *Internal Labour Markets and Manpower Analysis*, Lexington, D. C. Heath.
- Dunford, Michael e Perrons, Diane (1983), *The Arena of Capital*, Londres, The Macmillan Press.
- Drugman, Bernard (1983), «Le concept de rapport salarial: genèse, enjeux et perspectives» in *Sur le Rapport Salarial*, Grenoble, Cahiers IREP/Développement, 4.
- Edwards, R. et al. (1975), *Labour market segmentation*, Lexington, D. C. Heath.
- Emmanuel, Arghiri (1976), *A Troca Desigual* [1972], Lisboa, Estampa.
- Figueiredo, Carlos (1985), «A dinâmica regional do investimento entre 1971 e 1980», Comunicação ao Seminário sobre *Estrutura Espacial da Economia Portuguesa*, IACEP/GEBEI.
- Fitoussi, J. P. (1979), «Emploi, structure et régulation», *Revue d'Économie Politique*, 1.
- Gambier, Dominique e Vernières, Michel (1982), *Le Marché du Travail*, Paris, Economica.
- Gordon, D. et al. (1982), *Segmented Work, Divided Workers*, Cambridge, Cambridge University Press.
- IACEP/GEBEI (1983 a), *Contas de Rendimento das Famílias no Continente, Distritos, Sub-regiões e Regiões — Estimativa para 1977 e 1979*, Lisboa.
- IACEP/GEBEI (1983 b), *Repartição Regional da População, Emprego e Desemprego em 1977*, Lisboa.
- Kerr, C. (1950), «Labour markets: their character and consequences», *American Economic Review, Papers and Proceedings*, 40.

- Kerr, C. (1954), «The balkanization of labour markets», in E. Bakke (edit.), *Labour Mobility and Economic Opportunity*, New York, John Wiley.
- Lopes, A. Simões (1980), *Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Margirier, Gilles (1983), «Brève présentation des thèses sur le rapport salarial et la régulation», in *Sur le Rapport Salarial*, Grenoble, Cahiers IREP/Développement, 4.
- Marques, Maria Manuel Leitão (1984), «A sub-contratação como factor de integração da pequena empresa», Conferência na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Mateus, Augusto (1983), «Internacionalização, crise e recessão (a especificidade portuguesa)», *Pensamiento Iberoamericano*, 3.
- Mingioni, Enzo (1983), «Informalization, restructuring and the survival strategies of the working class», *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 7, 3.
- Piore, M. (1975), «Notes for a theory of labour market segmentation», in R. Edwards et al. (edit.), *Labour Market Segmentation*, Lexington, D. C. Heath.
- Piore, M. (1978), «Dualism in the labour market. a response to uncertainty and flux; the case of France», *Revue Économique*, 1.
- Piore, M. e Berger, S. (1980), *Dualism and Discontinuity in Industrial Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Reich, M. et al. (1973), «A theory of labour market segmentation», *American Economic Review*, 63.
- Reis, José (1983 a), «A agricultura e a acção cooperativa», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 12.
- Reis, José (1983 b), «Notas de leitura sobre a intensificação da produção agrícola», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 12.
- Reis, José (1983 c), «Agricultura complementar e salários industriais», Conferência na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Reis, José (1984), «A pequena agricultura e o desenvolvimento económico — modos de inserção do sector agrícola na economia portuguesa», Comunicação à 2.^a Conferência Nacional dos Economistas, Lisboa.
- Reis, José e Hespanha, Pedro (1984), «Agricultura e transformação económica — das estratégias individuais às dinâmicas globais de desenvolvimento», Comunicação às Jornadas da Beira Interior, Fundão.
- Requeña, Javier Calatrava (1982), «El paro encubierto y otras formas de subempleo: análisis de teorías y esquemas para la caracterización de situaciones de infrautilización del factor trabajo», *Agricultura y Sociedad*, 23.
- Santos, Boaventura de Sousa (1985 a), «Social crisis and the state», in Kenneth Maxwell (org.), *Portugal in the 80's*. Westport, Greenwood Press, no prelo.
- Santos, Boaventura de Sousa (1985 b), «Estado e sociedade na semi-periferia do sistema mundial: o caso português», Comunicação ao Colóquio Mudanças Sociais no Portugal de Hoje, Lisboa.
- Servais, T. e Sousa, O. (1983), «Rapport salarial et théorie de la segmentation du marché du travail», in *Sur le Rapport Salarial*, Grenoble, Cahiers IREP/Développement, 4.

- Stroper, Michael e Walker, Richard (1983), «The theory of labour and theory of location», *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 7, 1.
- Vincens, J. (1979), «Les nouveaux aspects du problème de l'emploi», *Revue d'Économie Politique*, 1.
- Wallerstein, Immanuel (1983), «As cidades na teoria socialista e na praxis capitalista», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 11.
-